Yacy-Ara Froner

Especialista em conservação pelo CECOR-UFMG. Mestre em História da Arte e doutora em História Econômica, pela USP. Docente do Curso de Graduação em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis e do Programa de Pós-Graduação em Artes da EBA-UFMG.

Conservação e Restauração

A legitimação da ciência

Este artigo aborda a mudança do paradigma do profissional da área na última década, considerando a necessidade de expansão do ensino, da pesquisa e da extensão e a demanda de uma maior visibilidade social. A prática científica é sedimentada em determinados critérios, necessários ao estabelecimento de competências, ao ingresso tecnológico, à disseminação do conhecimento e ao acesso aos recursos à pesquisa científica no país. A face do profissional do século XXI começa a ser estruturada nesta década, compreendê-la é indispensável à nossa atuação.

Palavras-chave: ciência; conservação preventiva; conservação/restauração.

This article discusses the professional of the area model changing in the last decade, considering education expansion, research and extension grow and its demand of social visibility. The scientific practice is made upon specific models, whose are necessary for the establishment of technological skills, knowledge's dissemination and its access to resources for scientific research in the country. The face of XXI century professional begins to be structured in this decade, and we must understand what it means for our action.

Keywords: science; preventive conservation; conservation/restore.

No ano de 2010, a Capes realizou sua avaliação trienal dos cursos de pós-graduação no país. Centenas de programas por todo o Brasil, nas diversas áreas de conhecimento, foram submetidos à mais criteriosa análise em relação à sua produção de conhecimento,

extroversão, formação e inovação científica. "Há 40 anos, havia perspectiva de desenvolvimento da pós-graduação no Brasil diferente da que existe hoje. O país já ganhou respeito no exterior na área da produção científica", afirmou o presidente da Capes Jorge Guimarães durante a ses-

são que apresentou estes dados ao MEC. “O Brasil está em 13º lugar no ranking da produção científica mundial. A expectativa é alcançar a 9ª ou a 10ª posição nos próximos anos”.¹ Na comparação entre a avaliação trienal de 2010 e a anterior, 19% dos cursos conseguiram aumento nas notas e 71% a mantiveram; o número de alunos que receberam títulos de mestre e doutor chegou a 139 mil estudantes e o total de publicações científicas foi de trezentos mil entre 2007 e 2010.

Hoje, ocupamos a 13ª posição no ranking internacional em produtividade de pesquisa, fato destacado por inúmeros editoriais e estudos publicados em revistas, fóruns e organismos internacionais. Desde a abertura democrática, o investimento em infraestrutura, a contratação de pessoal e a qualificação nas universidades e centros de pesquisa possibilitaram que o Brasil saltasse do 37º lugar para a posição atual. Além disso, ferramentas e dispositivos sérios de avaliação qualitativa e quantitativa foram orientados à ascensão de carreiras de magistério e de pesquisa impulsionando a produtividade científica no país.

Bem, o que estas questões têm a ver com a área de conservação e restauração? Tudo! Cada um de nós, de uma maneira ou de outra, presta serviços aos órgãos públicos ou está vinculado a arquivos, bibliotecas, museus, universidades ou outras instituições governamentais. Como conservadores e restauradores, somos cada vez mais cobrados em relação ao nosso nível de qualificação, formação e experiência. Em

inúmeros editais, sem um técnico especializado as empresas particulares não podem concorrer à licitação. Em muitos concursos públicos, um dos critérios de avaliação é a análise de currículo, o que inclui a apreciação não apenas da produção técnica, mas também da formação e da produção intelectual contemplada por meio de publicações, apresentação em fóruns especializados – seminários, congressos, colóquios –, produção e gestão de pesquisas, bem como a atuação em cursos, *workshops* etc. Essas cobranças asseguram às instituições um profissional capaz de desenvolver propostas direcionadas às redes de fomento, como as fundações de amparo à pesquisa estaduais – Fapesp, Faperj, Fapemig etc. –, instituições federais – CNPq, Capes, MinC, Funarte etc. –, ou editais desenvolvidos por empresas particulares a partir de leis de incentivo fiscal, bem como a contratação de um conservador/restaurador com perfil de pesquisador e produtor de conhecimento.

O que isso significa? O modelo do profissional da conservação/restauração modificou-se de uma maneira contundente. Não se fala mais de “receitas de bolo” direcionadas à limpeza, consolidação e apresentação estética das obras. Hoje, o profissional deve questionar o desempenho dos procedimentos caso a caso e ajustar percentuais, materiais e metodologias conforme a complexidade do trabalho; esse mesmo profissional deve dialogar de maneira sistemática com profissionais de outras áreas e, por meio da interdisci-

plinaridade, encontrar mecanismos cada vez mais seguros para sua prática; tem por princípio de formação a compreensão dos paradigmas conceituais que validam a área e suas transformações no campo da teoria do conhecimento. Não basta mais citar Camille Boito,² Brandi,⁵ ou May Cassar⁴ como personagens deslocados de uma linha de pensamento, nem tampouco as cartas patrimoniais ou a legislação voltada à proteção do patrimônio cultural como fundamentos superficiais. É imprescindível o domínio da epistemologia, saber o lugar do qual emerge o campo teórico do conhecimento científico que sustenta as bases da ciência da conservação.

Sim, é preciso que cada vez mais nós compreendamos nossa inserção em um universo de trabalho ampliado, para além do atelier ou laboratório, mas potencializado por uma vasta rede de produção de pesquisa, conhecimento, ensino e extensão: a Ciência.

De simples oficiais mecânicos, técnicos subalternos ou mão de obra, passamos a assumir o papel de pensadores, pesquisadores, intelectuais e cientistas. Não é arrogância intelectual ou distanciamento do nosso foco de ação, mas a percepção de que cada vez mais é necessária uma mudança de postura e hábitos, sobretudo em uma sociedade altamente tecnológica, instrumentalizada por redes de disseminação de informação e que demanda a visibilidade de nossas ações. Todo e qualquer trabalho de conservação e restauro sofre a pressão

desta visibilidade: expostos aos olhos críticos da sociedade, nossas ações devem ser amplamente amparadas pelos sistemas de conhecimento, pelas instâncias normativas e pelos fóruns institucionais.

Quantos conservadores/restauradores efetivamente expõem em espaços de extroversão – congressos, simpósios, seminários – os resultados das pesquisas e das práticas desenvolvidas em ateliês e laboratórios? Quantos publicam em periódicos científicos e acadêmicos? Quantos participam de fóruns com competência e visibilidade na área? A invisibilidade da prática a torna invisível para a sociedade. A incapacidade de atuar conjuntamente, por meio de associações reconhecidas, torna o campo de saber incapaz de se instalar em um sistema de forças estruturado.

Bourdieu define esse campo de forças por meio da compreensão da atividade intelectual construída a partir da elaboração de uma lógica específica, por meio dos sistemas de elaboração e de reprodução social, expressos nos princípios ideológicos e científicos desenvolvidos no campo de atuação, formação e pesquisa. Ele aponta que o espaço social intelectual é um espaço de lutas, disputas e divergências construído pela disposição dos agentes em dados espaços sociais e em tempos distintos.

A área de conservação/restauração, compreendida através de categorias sociológicas de análise, pode ser examinada a partir das noções de espaço social, espaço simbólico e hierarquia, tornando-se

sistemas reconhecidos pela comunidade científica. O desenvolvimento e a evolução desses discursos determinam os princípios geradores de práticas distintas e distintivas, expressões de opiniões semelhantes e diferentes, constituindo uma rede de trocas de capital simbólico.

Lembrar a dimensão social das estratégias científicas não é reduzir as demonstrações científicas a simples exibicionismos retóricos; invocar o papel simbólico como arma e alvo de lutas científicas não é transformar a busca do ganho simbólico na finalidade ou na razão de ser únicas das condutas científicas; expor a lógica agnóstica de funcionamento do campo científico não é ignorar que a concorrência não exclui a complementaridade ou a cooperação e que, sob certas condições, da concorrência e da competição é que podem surgir os controles e os interesses de conhecimento que a visão ingênua registra sem se perguntar pelas condições sociais de sua gênese.⁵

Cada vez mais, práticas e políticas de preservação de acervos demandam uma ação integrada entre pesquisadores de diversas áreas. Nesse sistema, a interdisciplinaridade promove a excelência em todos os níveis, tanto no estudo dos bens culturais e sua contextualização cultural, extraindo dele, portanto, as informações necessárias à sua compreensão, quanto em relação à sua integridade física, a partir de intervenções subsidiadas por um conhecimento profundo das interações

físico-químicas da matéria e do ambiente circundante. Com a introdução de uma metodologia científica oriunda de outros campos de conhecimento, os avanços técnicos e os protocolos de preservação de acervos científicos e artísticos tornam-se cada vez mais determinantes para a manutenção da qualidade das pesquisas. Nesse sentido, do planejamento à coleta; do processamento ao estudo laboratorial; da armazenagem à exposição, o campo da conservação também se torna cada vez mais especializado.

Tomando por base esses princípios, qualquer projeto de conservação/restauração e conservação preventiva demanda bases metodológicas que sustentem as ações relacionadas às intervenções. Parte-se da premissa de que é indispensável uma pesquisa em torno de publicações que discutam os modelos científicos para o uso de determinados solventes, adesivos, consolidantes e materiais de preenchimento e reintegração cromática, bem como estudos específicos relacionados aos protocolos de processamento, critérios de armazenamento e exposição. O arcabouço metodológico, teórico e conceitual é o aparelhamento normativo, cognitivo e tecnológico necessário à construção de uma práxis respaldada na pesquisa científica.

A demanda por um profissional qualificado com cursos de formação na área – tanto ao nível de graduação quanto de pós-graduação – promove a alteração do perfil profissional no país. Não basta mais a experiência adquirida no atelier ou cur-

sos de formação de curta duração, pois é indispensável uma formação sustentada pela construção de uma carreira sólida, sedimentada na práxis e na pesquisa, no aprimoramento e na capacidade de extroversão e interlocução.

Essas mudanças vêm sendo sentidas paulatinamente: no Brasil, na entrada do século XXI, pouco mais de cinco pesquisadores da área possuíam pós-graduação ao nível de doutoramento e os poucos especialistas *lato sensu* eram formados pelo Cecor – Centro de Conservação e Restauração – da Escola de Belas Artes (EBA) da UFMG, pelo Cece – Centro de Conservação e Restauração – da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFBA, ou por cursos no exterior. Hoje há mais de setenta pesquisadores cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq atuando no campo da preservação com formação em diversas áreas, incluindo antropologia, arqueologia, arquitetura, arquivologia, artes visuais, educação, etnologia, engenharia, turismo, história, química, entre outras. Cursos de formação em graduação específica foram abertos e vários programas de pós-graduação têm proposto linhas de pesquisa nesta área de conhecimento, além de aceitarem projetos de pesquisa relacionados à preservação, conservação e restauração, tanto ao nível de mestrado como de doutorado.

A base de formação de especialistas gestada no Cecor (1980) e Cece (1981) possibilitou a diversificação de linhas de pesquisas nos programas de pós-graduação *strictu sensu* das instituições

de origem desses centros – como a área de concentração em “conservação e restauro” do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-UFBA, com mestrado implantado em 1983 e doutorado em 2000; e a linha de pesquisa em “criação, crítica e preservação da imagem” do Programa de Pós-Graduação em Artes da EBA-UFMG, com mestrado iniciado em 1998 e o doutorado em 2006 –, bem como a introdução de programas específicos, como o mestrado profissionalizante do Cece (2009), dirigidos à construção de pesquisas acadêmico-científicas na área.

Além dos programas específicos, a abertura do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UFRJ/UNIRIO/MAST possibilitou um olhar ampliado sobre as práticas museológicas e a gestão patrimonial. Implantado em 2006, este curso tem proporcionado o desenvolvimento de pesquisas na área, entendendo o patrimônio como um conceito polissêmico e a museologia como disciplina científica. Por sua vez, inúmeros programas de pós-graduação em arquitetura, química, ciência da informação, física e engenharia têm admitido pesquisas relacionadas ao desempenho de materiais, modelos computacionais de gestão ambiental e sistemas de avaliação estrutural, tanto para bens culturais móveis, quanto bens culturais imóveis.

Nesse mesmo caminho, a Especialização em Patrimônio Arquitetônico, oferecida

pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, desde 1998, promove pesquisas sobre as bases epistemológicas e estudos dirigidos na área. O curso de Especialização em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural implantado em 2010 pela UFMG também responde pela demanda de formação especializada instaurada na última década, junto com os cursos de Especialização em Patrimônio Arqueológico da Amazônia da UFPA (2010), Especialização em Patrimônio Cultural em Centros Urbanos da UFRGS (2003) e o Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN (2000).

Nos últimos anos, cursos de graduação tecnológica foram abertos em todo o país, como o de Tecnologia em Conservação e Restauro do Instituto Federal Minas Gerais, em Ouro Preto (2008), o de Tecnologia em Conservação de Bens Culturais da Unieuro, em Brasília (2008), e o de Conservação e Restauro do ICH/UFPEL, em Pelotas (2009). Se a graduação tecnológica tem gerado controvérsias, a integralização desses cursos por volta de três anos determina a busca de uma formação sólida e direcionada, definida pela interface do *locus* da universidade.

Apesar do posicionamento equivocado da ANPUH, desqualificando o caráter científico e a demanda de uma formação qualificada na área, felizmente a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e a Capes têm apoiado os programas instalados, compreendendo a

diversidade nos formatos, a idiossincrasia e as especificidades da área.⁶ A área de história – na qual eu sou formada –, alheia às transformações conceituais nos modelos de produção de conhecimento, mantém a prerrogativa oitocentista da escola positivista, em que o documento triunfa. O seu triunfo, expresso em Fustel de Coulanges (1830-1889), impõe a supremacia das fontes e dos responsáveis por sua interpretação. Dessa prerrogativa, a hierarquia das ciências. Uma hierarquia que não se sustenta em uma sociedade pautada pela rede de trocas, pela interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade e a demanda diversificada de atuação que todos esses conceitos comportam. A incapacidade de alargar seus horizontes e a incoerência no pronunciamento da ANPUH ocorrem quando esta recomenda que a história da arte, a arqueologia e a museologia passem a ser reconhecidas como áreas específicas de qualificação desde a graduação, sem distinguir a especificidade da formação da área de conservação/restauração. Inúmeras universidades, museus e instituições responsáveis pela gestão de acervos culturais têm perdido profissionais qualificados, com titulação e experiência em pesquisa, por não entenderem a expansão desse campo de conhecimento.

A UFMG é exemplo de agenciamento de pesquisas, tanto pela graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, aberta em 2007, como por meio do Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes já citado. As

pesquisas de iniciação científica, TCC, mestrado e doutorado desdobram-se nos campos de estudo voltados à conservação preventiva, história da arte técnica, análise científica de bens culturais, arqueometria, e nas pesquisas acerca dos produtos e técnicas aplicadas à prática de conservação e restauração. Desde a Especialização do Cecor até a consolidação do *strictu sensu* na EBA, importantes monografias de especialização, dissertações e teses amplificam discussões relacionadas ao desempenho de materiais, ferramentas de análise, estudos de caso e bases conceituais.

Assim, além da formação e produção de conhecimento científico por meio das pesquisas desenvolvidas no âmbito da graduação e da pós-graduação, a extroversão do conhecimento e da prática produzida pela área demanda espaços específicos de apresentação. A recente divulgação do ranking internacional dos artigos científicos, com mais de vinte mil *papers* publicados e uma participação de quase 3% no total mundial, contrasta flagrantemente com o desempenho da área. Isso nos impõe uma reflexão: em plena era do conhecimento, quando, mais do que nunca, a riqueza e o crescimento dos países se consubstancia em propriedade intelectual, por que não dispomos de revistas especializadas? Por outro lado, os espaços institucionalizados que respondem por congressos, seminários, colóquios e demais eventos nem sempre resultam em anais ou publicações indexadas, avaliadas pelo sistema Qualis⁷ e disponibilizadas em formatos ampliados – sobretudo o acesso

virtual. Enquanto a produção brasileira de artigos científicos cresceu oito vezes entre 1980 e 2006, o patamar de publicações da área de conservação e restauração não dispõe de parâmetros quantitativos. O estudo *The Scientific Impact of Nations*, publicado em 2004 pela prestigiosa revista *Nature*, mostra que, entre 1993-1997 e 1997-2001, as citações a artigos brasileiros aumentaram 31%, e o crescimento dos “*top 1%*” (o 1% superior dos artigos mais citados) foi de 72% para o Brasil.

Para Nicolisky,⁸ apesar desses dados, falta-nos uma maior visibilidade social. A explicação para isso é a frequente falta de vínculo da nossa pesquisa científica com a vida real. Enquanto a ciência busca respostas, a tecnologia faz perguntas. Se não houver desenvolvimento tecnológico no país capaz de abrir um leque amplo de indagações que instiguem a comunidade científica, as perguntas acabam ficando por conta de cada pesquisador, que passa a estudar aquilo que sua curiosidade individual determina. Bem, esse problema só pode ser resolvido com o estabelecimento de fóruns de discussão, instâncias de divulgação e organismos aglutinadores de área que construam instâncias estruturadas em conformidade com os mecanismos de gestão, visibilidade, legitimação e troca de experiências. A prática da conservação/restauração no país é intensa, sistemática e tecnologicamente repleta de questões, dúvidas e preocupações.

No caso das publicações, não é mais possível a produção doméstica e assiste-

mática de escritos, artigos, livros e anais. É indispensável a indexação – o ISSN e o ISBN – e a busca da qualificação na comunidade científica pelo sistema Qualis, e da inserção em sistemas de excelência internacional como a plataforma SciELO.⁹ Para que isso ocorra de fato, as instituições são, naturalmente, as instâncias promotoras e produtoras, cabendo a elas essa responsabilidade. No ranking de periódicos e países, o sistema SCImago/Scopus publicou os resultados de seu último relatório de 2008, no qual as universidades mundiais são classificadas pelo impacto de sua produção científica. A área de artes e humanidades responde por 0,47% da produção no país, enquanto a área de ciências médicas responde por 20,71% das produções científicas. Dos nove periódicos citados na área de conservação, cinco encontram-se na Inglaterra – *Journal of the History of Collections*, *Journal of Architectural Conservation*, *Icon News*, *Museum International*, *Apollo* –, três nos Estados Unidos – *Journal of The American Institute for Conservation*, *Art Institute of Chicago Museum Studies*, *Preservation* – e um na Espanha – *Reale Sitios*.¹⁰ Esses países também respondem por políticas sólidas de ensino e qualificação profissional, bem como por instituições conservacionistas de renome internacional.

A legitimação internacional demanda esforços nacionais da SBPC, Capes, CNPq, bem como dos programas de pós-graduação dirigidos à área. Naturalmente, o IPHAN, IBRAM e a Biblioteca Nacional assumem

esse papel de uma maneira ampliada. No nosso caso, Abracor, Aber, APCR, ACORRS têm produzido eventos, contudo falta a essas associações uma práxis vinculada aos critérios científicos considerados pelas instâncias de pesquisa. Anais indexados, reentrantes e qualificados pelos sistemas de pesquisa nacionais são fundamentais, inclusive para a projeção dessas instituições e sua capacidade de captar recursos junto ao CNPq, à Capes e às fundações estaduais de pesquisa. Periódicos, jornais científicos e revistas indexadas, preferencialmente bilíngues, também são fundamentais para a visibilidade da pesquisa dos programas de pós-graduação, centros de pesquisas e museus.

A ANPAP, Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, é um modelo de instituição que ao longo de seus vinte e três anos de existência sedimentou sua atuação e hoje conta com um reconhecimento nacional e internacional na comunidade acadêmico-científica. Todos os seus anais, indexados, encontram-se disponíveis em sítio eletrônico, o que fornece visibilidade à produção do conhecimento na área, e receberam classificação A2 no sistema Qualis da Capes.¹¹ Cabe ressaltar que um dos comitês existentes na ANPAP atende à área de pesquisa em conservação e restauração, possibilitando a divulgação de resultados de pesquisas e projetos.

A busca da excelência em nossa prática, como pesquisadores e produtores de conhecimento, potencializa nosso fazer.

Portanto, o fortalecimento de nossas instituições representativas, sua legitimação na comunidade científica e sua capacidade de difundir nossa produção intelectual é um dos caminhos para introduzir o campo da pesquisa em conservação e restauro no âmbito da produção intelectual, acadêmica e científica.

Retornando às questões anteriormente postas, se exercício profissional imprime as perguntas e a ciência qualifica as respostas, o que temos aqui não é a proposição de uma hierarquia, mas a compreensão de que apenas criando mecanismos de aproximação entre essas instâncias poderemos ampliar a qualidade de nossas ações.

Finalizando, ao ampliar a formação, a difusão por meio de publicações especializadas e as associações de área será possível criar os mecanismos necessários ao estabelecimento da conservação/restauração como área de conhecimento científico e, desse modo, reivindicar junto às instâncias científicas sua fixação como campo de saber. O resultado dessa inserção incide no apoio financeiro e logístico para a realização de eventos e publicações, além de bolsas de pesquisa e apoio a projetos. Assim, todo o processo é constantemente retroalimentado.

Hoje, no CNPq, a museologia e a arqueologia ampliaram sua ingerência e, dessa forma, o reconhecimento científico. Com isso, o incentivo aos programas de pós-graduação, aos periódicos indexados, ao auxílio e ao fomento de pesquisa – tradu-

zidos no aparelhamento de laboratório e no atendimento da demanda das pesquisas – imprime qualidade e excelência no âmbito de suas atuações. Não basta apenas o reconhecimento profissional, cujos esforços empreendidos nos últimos dez anos são reconhecidamente louváveis, porém é indispensável o reconhecimento da área como espaço de produção de conhecimento e projeção científica.

É imprescindível compreender que o início do século XXI proporcionou as bases para uma nova relação do conservador/restaurador. Nesse contexto, outras instâncias de legitimação são forjadas: a constituição de um corpo de profissionais qualificados, em diversos níveis, cada vez mais numeroso e diferenciado: a formação; o fortalecimento das instâncias de homologação, difusão e congregação da área – as associações de representação –, pautadas por práticas legitimadas, como eventos e publicações; a constituição de uma área de atuação mais extensa, socialmente diversificada, capaz de proporcionar aos pesquisadores não apenas as condições mínimas de atuação, mas a construção de um princípio de legitimação.

Compreender o lugar do qual falamos, para quem falamos, como falamos; ter consciência da transformação do modelo do profissional da conservação/restauração; fortalecer nossas instâncias de representação e os mecanismos de difusão; e buscar nossa inserção na comunidade científica são dispositivos contemporâneos necessários à nossa área.

N O T A S

1. Cf. <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/4074-qualidade-dos-cursos-de-mestrado-e-doutorado-evolui-entre-2007-e-2010>. Acesso em: ago. 2010.
2. Camillo Boito (1836-1914) sedimenta a escola italiana de restauro tendo como base os estudos de Riegl (1858-1905) sobre o valor estético e o valor documental do monumento e da obra de arte. Discute o princípio da originalidade e da autenticidade como base fundamental à intervenção e introduz a questão do restauro filológico, dando ênfase ao valor documental da obra e destacando o valor primordial das edificações enquanto testemunho e documento histórico. Em oposição à "Restauração" de Eugène Viollet-le-Duc (1870), escreveu "Os restauradores" (1884).
3. Cesare Brandi (1906-1988) foi um dos principais teóricos da restauração, fundamentando suas bases nos anos de 1940, tendo contribuído ainda com a consolidação do Instituto Central de Restauro de Roma. Suas teses, publicadas em *Teoria da restauração* (1945), defendem a permanência das bases estéticas ancoradas na fenomenologia e nas teorias da percepção.
4. May Cassar, professora da área de patrimônio sustentável da UCL-London, é uma das mais importantes teóricas da área de conservação preventiva. Seu trabalho mais importante é *Environmental Management: guidelines for museums and galleries*, de 1995.
5. Cf. BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Rio de Janeiro: Papius, 1996, p. 86.
6. Declaração emitida pela ANPUH, sob a presidência de Durval Muniz de Albuquerque Júnior: "Por fim, consideramos que cursos com denominações como Conservação e restauração de bens culturais móveis e Tecnologia e conservação de restauro não são cursos que nos pareçam devam ser oferecidos em nível de ensino superior, pois eles nos parecem cursos mais adequados para formação tecnológica de nível médio, como as próprias denominações permitem supor. No caso do Ministério e desta Secretaria avaliar que eles devam mudar de denominação e convergirem para a nossa área, é fundamental que seja observado se os temas de formação, os componentes curriculares, e o perfil do egresso correspondem àqueles exigidos para a formação de um profissional de história. Ou seja, consideramos que nestes casos não seria apenas uma questão de convergência de denominação, mas de alteração do perfil dos cursos, se estes querem ser mantidos como cursos de formação superior". Disponível em: http://www.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=314. Acesso em: ago. 2010.
7. Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual, científica e acadêmica, principalmente da pós-graduação.
8. NICOLSKY, Roberto. *Tecnologia e aceleração do crescimento*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/>. Acesso em: ago. 2010
9. A Scientific Electronic Library Online – SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. O projeto tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico.
10. Disponível em: <http://www.scimagojr.com/>. Acesso em: ago. 2010.
11. Disponível em: <http://www.anpap.org.br/>. Acesso em: ago. 2010.

Recebido em 8/11/2010

Aprovado em 29/11/2010